



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COLABORAÇÃO

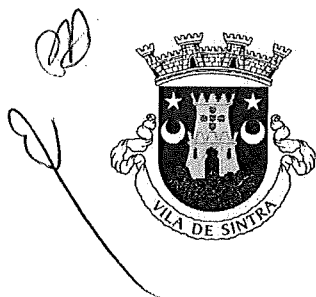
NÚMERO 622/2019

DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

**ENTRE O MUNICÍPIO DE SINTRA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE QUELUZ E
BELAS - MANUTENÇÃO DOS PERCURSOS PEDONAIS DO PARQUE MUNICIPAL
DE PEGO LONGO E DO PARQUE DO BAIRRO SAAL DE PEGO LONGO**

Considerando que:

- O Município de Sintra celebrou em 28 de Março de 2014, o Protocolo n.º 37/2014, de delegação de competências de gestão e conservação de Espaços Públicos com a Junta da União de Freguesias de Queluz e Belas;
- No âmbito do Protocolo então celebrado figuram inúmeros espaços verdes e equipamentos cuja gestão e conservação se encontra delegada;
- Fora do âmbito da delegação de competências supra figuram a manutenção dos percursos pedonais do Parque Municipal de Pego Longo e do Parque do Bairro SAAL de Pego Longo;
- A União de Freguesias de Queluz e Belas dispõe-se a garantir a manutenção dos percursos pedonais dos Parques atrás referidos;
- Atento o correspondente esforço financeiro e porque se trata de um equipamento de utilização colectiva integrado no património do Município, a Câmara Municipal de Sintra não pode, nem deve ficar alheia à disponibilidade manifestada pela União de Freguesias;
- As relações de índole convencional entre o Município e a União de Freguesias, em cumprimento do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º



75/2013, de 12 de Setembro e atenta a natureza dos intervenientes, devem ser concretizadas através de um contrato interadministrativo;

- O contrato interadministrativo é entendido genericamente como aquele que é celebrado entre entidades administrativas, enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação;
- Os contratos interadministrativos, segundo a melhor doutrina, *“permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo actual”*;
- O presente contrato encontra-se subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exactamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto *“ponto de encontro de duas gestões públicas”*;
- Tanto o Município quanto a União de Freguesias, visam, no âmbito das respectivas atribuições, *“a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações”* em articulação recíproca;
- O presente contrato deve ser acompanhado da transferência dos meios necessários à sua adequada concretização;
- A celebração do presente contrato interadministrativo pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, sob proposta dos respectivos órgãos executivos [alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º, alíneas m e n) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro];



- No caso vertente, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia de Queluz e Belas autorizaram a celebração do presente Contrato Interadministrativo de Cooperação nas suas reuniões de 25/09/2019 na sua 4.ª sessão ordinária e 26/09/2019, respectivamente.

Entre:

O MUNICÍPIO DE SINTRA, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, em Sintra, titular do cartão de pessoa coletiva de direito público número 500 051 062, neste acto representado pela Exma. Sra Vereadora da Câmara Municipal Dra. Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, ao abrigo da alínea iii, nº 2-A, do despacho de delegação de competências número 79-P/2017, de 16-11-2017, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, adiante designado por **PRIMEIRO OUTORGANTE**;

E

A UNIÃO DE FREGUESIAS DE QUELUZ E BELAS, pessoa colectiva de direito público nº 510 839 037, com sede na Rua Conde Almeida Araújo, n.º 44, em Queluz, 2745-061 Queluz, neste acto representada pela Presidente da Junta de Freguesia, Senhora Dra. Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves, no uso das suas competências previstas nas alíneas a), f) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, identificado como **SEGUNDO OUTORGANTE**.

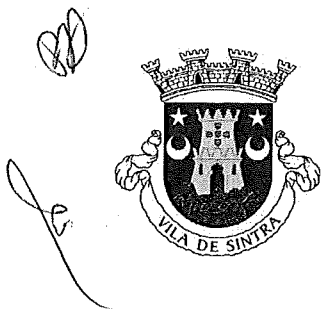
É livremente acordado de boa-fé, reduzido a escrito e reciprocamente aceite o presente Contrato Interadministrativo de Cooperação, adiante referido como "Contrato", que se rege pelas seguintes Cláusulas:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objecto



1 - O presente contrato tem por objecto disciplinar e regular a manutenção dos percursos pedonais, do Parque Municipal de Pego Longo, com 1.857,00 m² e do Parque do Bairro SAAL de Pego Longo, com 1.400,00 m² com plantas de localização em **Anexo I** e **II** respectivamente, propriedade do **Primeiro Outorgante**, o qual é garantido pelo **Segundo Outorgante** com recursos humanos adequados ao fim em vista.

2 – A titularidade municipal do espaço não é transmitida ou onerada com a subscrição do presente contrato.

Cláusula 2.^a

Princípios

1 – A negociação, celebração, execução e cessação do presente contrato obedece aos princípios da subsidiariedade, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da necessidade e suficiência de recursos, bem como da boa administração.

2 - Nas relações entre as partes contraentes vigoram os princípios da transparência, boa-fé, lealdade e cooperação, pautados por critérios de eficiência na prossecução do interesse público.

Cláusula 3.^a

Intangibilidade das atribuições

O presente contrato que visa tão só a colaboração entre as partes outorgantes não tendo o alcance de modificar, restringir ou excepcionar atribuições Municipais ou da Freguesia legalmente fixadas.

CAPÍTULO II

Intervenção e recursos

Cláusula 4.^a

Manutenção e Realização de Obras



1 - O **Primeiro Outorgante** autoriza expressamente que o **Segundo Outorgante** efectue a manutenção dos percursos pedonais dos Parques referidos no n.º 1 da Cláusula Primeira.

2 - A substituição de quaisquer equipamentos pelos seus equivalentes, sempre que decorra a cargo do **Segundo Outorgante** deve ser objecto de prévia comunicação ao **Primeiro Outorgante**.

3 - A concretização pelo **Segundo Outorgante** de obras e intervenções nos Parques que consubstanciem alterações substanciais, designadamente modelações de terreno ou introdução / remoção de elementos construtivos nos espaços referidos no n.º 1, deve ser objecto de prévio parecer obrigatório e vinculativo por parte do **Primeiro Outorgante**.

Cláusula 5.ª

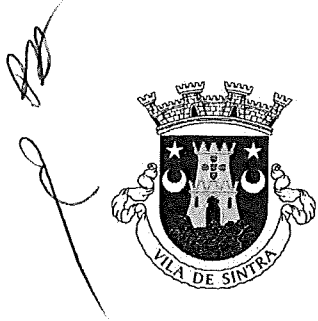
Recursos

1 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza a partir da subscrição do presente Protocolo, uma verba anual de 1.954,20 € (mil novecentos e cinquenta e quatro euros e vinte cêntimos) dividida de acordo com os valores parcelares em **Anexo III**, para apoio ao desenvolvimento das tarefas constantes do n.º 1 da Cláusula Primeira por parte do **Segundo Outorgante**.

2 - O apoio previsto no número anterior destina-se exclusivamente a cobrir os custos com a manutenção dos percursos pedonais objecto do presente Contrato.

3 - No ano de 2019 a quantia referida no n.º 1 é prestada somente a partir da subscrição do presente Contrato, sendo reduzida proporcionalmente aos meses que mediarem entre esse acto e o fim do ano.

4 - Todas as transferências de meios financeiros por parte do **Primeiro Outorgante** estão condicionadas à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei



n.º 8/2012, de 21 de Setembro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo em caso de indisponibilidade, lugar a qualquer indemnização ou compensação daí decorrente.

CAPÍTULO III

Acompanhamento e controlo

Cláusula 6.ª

Acompanhamento e controlo

O acompanhamento e aconselhamento ao **Segundo Outorgante** relativamente ao desenvolvimento das tarefas referidas no n.º 1 da Cláusula Primeira, por parte do **Primeiro Outorgante**, incumbe à DGEV.

CAPÍTULO IV

Vigência

Cláusula 7.ª

Entrada em vigor, período de vigência e denúncia

1 - O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da respectiva subscrição e tem a duração de quatro anos, podendo ser renovado automaticamente por períodos de um ano, num máximo de quatro anos.

2 - A denúncia do contrato pode operar mediante comunicação à contraparte com antecedência de 60 dias relativamente ao termo do período inicial de 4 anos ou relativamente a cada uma das renovações anuais subsequentes.

3 – A denúncia do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respectiva Autarquia.

4 – A denúncia é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.



Cláusula 8.^a

Resolução

- 1 – As partes podem resolver o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.
- 2 – A resolução do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respectiva Autarquia.
- 3 – A resolução é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

Cláusula 9.^a

Revogação

- 1 - O presente contrato é susceptível de revogação, fundamentada por razões de relevante interesse público, a qual deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respectiva Autarquia.
- 2 – A revogação é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

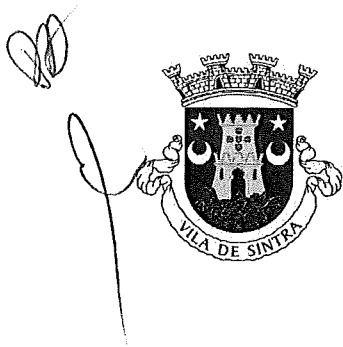
Cláusula 10.^a

Ocorrências e Emergências

O **Segundo Outorgante** deve comunicar ao **Primeiro Outorgante** imediatamente, qualquer anomalia que afecte ou possa afectar de forma significativa o objecto do presente contrato.

Cláusula 11.^a

Comunicações e notificações



1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes e do especialmente disposto nas Cláusulas 7ª, 8ª e 9ª, estas deverão ser dirigidas, através de correio electrónico, com aviso de recepção e leitura para o respectivo endereço electrónico, identificado neste contrato, a saber:

- a) Município de Sintra: presidencia@cm-sintra.pt
- b) União de Freguesias de Queluz e Belas: geral@ufqueluzbelas.pt

2. Qualquer alteração das informações de contacto por via electrónica constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte pela forma mais célere.

Cláusula 12.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

Cláusula 13.ª

Dúvidas e interpretação de lacunas resultantes deste Contrato

Em tudo o não estipulado aplicar-se-á o Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e o Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 14.ª

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 15.ª

Publicitação



O presente Contrato é objecto de publicitação no site institucional do Município de Sintra e da Junta da União de Freguesias de Queluz e Belas, sem prejuízo da publicitação legal das deliberações dos órgãos do Município e Freguesia, prevista no artigo 56º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A despesa global máxima estimada para este contrato em 2019 é de €488,55, e está cabimentada no orçamento municipal em vigor na classificação 01.02.00/04.05.01.02 e no plano 4/4.02.2019.166.11, cabimento número 7419006804 e compromisso número 7819006938, que se anexa, CT 2019/19003172, e encontra-se autorizada pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por deliberação tomada na sua 4.ª sessão ordinária de 25 de setembro de 2019.

Os orçamentos de 2020, 2012, 2022 e de 2023 vão contemplar as restantes verbas nos termos dos compromissos anos futuros números 8819000946, 8819000947, 8819000948 e 8819000949 respetivamente, em anexo.

Este contrato face ao seu valor global, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei número 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.

O presente Contrato vai ser assinado e rubricado pelas **partes Outorgantes** sendo constituído por quinze cláusulas, que declaram ter lido e a cujo cumprimento se obrigam reciprocamente, contendo doze páginas e é lavrado em dois exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma delas.



Paços do Concelho de Sintra, 30 de outubro de 2019

Pelo Município de Sintra

(Maria Piedade Mendes)

Pela União de Freguesias de Queluz e Belas

A Presidente da Junta

(Paula Alexandra Almeida da Cunha Alves)



ANEXO I





Parque Municipal do Pego Longo			
Percursos Pedonais			
Área	1.857,00 m²		
Manutenção/mês	92,85 €	Manutenção /ano	1.114,20 €
Parque do Bairro SAAL (Pego Longo)			
Percursos Pedonais			
Área	1.400,00 m²		
Manutenção/mês	70,00 €	Manutenção/ano	840,00 €



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL

COMPROMISSO

Nº de COMPROMISSO: 7819006938

Data: 26.09.2019

Data do último ajuste de valor: 26.09.2019

Regime contabilístico aplicável - POCAL

Fonte de financiamento: AC 0,00 AA 100,00 FC 0,00

Descrição: CI - PERCUSOS PEDONAIS PQ. URB. PEGO LONGO E SAAL

Referência:

Serviço Requisitante:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

Orgânica:

01 Administração Autárquica

01.02 Câmara Municipal

01.02.00 Câmara Municipal

Económica:

D.04 Transferências correntes

D.04.05 Administração local

D.04.05.01 Continente

D.04.05.01.02 Freguesias

PPI/AMR:

4 Outras Funções

4.2 Transferências entre Administrações

2019.166 Descentralização Verbas Freguesia

11 CI manut. conserv. percursos pedonais

Entidade/Fornecedor: 1000011406 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE QUELUZ
E BELAS

Fundo: 19109

ORÇAMENTO DE 2019

Nº Doc. financeiro: 500009079

Nº Cabimento: 7419006804 CI - PERCUSOS PEDONAIS PQ. URB. PEGO LONGO E SAAL

Nº Processo: CT-2019/19003172

Compr. Antigo:

Valor Cabimentado:	488,55
Valor Compromisso:	488,55
Saldo de Cabimento p/ Comprometer:	0,00

Foi validada a existência de fundos disponíveis à data

COMPROMISSOS ANOS FUTUROS

Ano	Documento	Montante
2020	8819000946	1.954,20
2021	8819000947	1.954,20
2022	8819000948	1.954,20
2023	8819000949	1.954,20
Total Compromissos		8.305,35

DATA IMPRESSÃO
03.10.2019

HORA IMPRESSÃO
09:28:02

UTILIZADOR
STSOUSA

Visto: HERMÍNIA
MANUEL
ASSUNÇÃO FROIS
GONÇALVES

Assinado de forma digital
por HERMÍNIA MANUEL
ASSUNÇÃO FROIS
GONÇALVES
Dados: 2019.10.03
10:18:06 +01'00'

DAF - Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra - Tel: 219236831 Fax: 219236840

dcco@cm-sintra.pt